

A VISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CHINA 2020-2050 E AS PERSPECTIVAS PARA AS RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

Xie Wenze¹

Lí Hui²

A Visão de Desenvolvimento da China (VDC) 2020-2050 pode ser descrita por meio de eixos coordenados. Os pilares do crescimento econômico nessa visão são urbanização, industrialização e cultura de poupança; e abertura, compartilhamento e inclusão são seus princípios norteadores. A região da América Latina e Caribe é considerada uma parceira importante na realização desse plano – desde 1971, a China e os países dessa região formalizaram parcerias estáveis e de longo prazo, e no período de 2002 a 2017 elas foram consolidadas. Desde 2018, a China e a Comunidades de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) vêm fortalecendo uma forte associação, e, nesse contexto, a superação da condição econômica de países de renda média é um objetivo comum das contrapartes. Ainda que suas relações estejam passando por um novo período de ajuste estratégico e de adaptação mútua, os dois lados devem buscar uma base comum de interesses, pondo de lado as divergências para avançar conjuntamente, por meio da intensificação dos intercâmbios econômicos e da cooperação.

Palavras-chave: Visão de Desenvolvimento da China 2020-2050; relações China-América Latina e Caribe; Iniciativa Cinturão e Rota.

CHINA'S 2020-2050 VISION AND OUTLOOK OF CHINA-LATIN AMERICA RELATIONS

China's 2020-2050 vision can be described as one coordinate. Urbanization, industrialization and culture of saving are important pillars of the vision, "Openness, Sharing and Inclusion" are its natural features, the region of Latin America and the Caribbean is an important partner for China to realize the vision. In 1971-2001, long-term, stable partnerships got formed between China and Brazil or some other Latin American countries. In 2002-2017, the partnership of equality and mutual benefit was consolidated. Since 2018, China and Latin America have been strengthening the "hand in hand" partnership, one of the common goals is crossing "middle income stage". China-Latin America relations are undergoing a new period of strategic adjustment and mutual adaptation, both sides should strengthen exchanges and cooperation for seeking common ground in differences and moving forward hand in hand.

Keywords: China 2020-2050 vision; China-Latin America relations; belt and road.

1. Pesquisador e orientador de doutorado no Instituto de Estudos Latino-Americanos (ILAS) da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS); e professor visitante do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), da Fundação Ford na Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD) e do Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autônoma do México (IIEs/UNAM). *E-mail:* <xiewz@cass.org.cn>.

2. Pesquisadora assistente; e vice-secretária geral do Centro de Estudos Mexicanos, ILAS, CASS. *E-mail:* <huii@cass.org.cn>, <huicbr@163.com>.

VISIÓN 2020-2050 DE CHINA Y PERSPECTIVAS DE LAS RELACIONES CHINA-AMÉRICA LATINA

La visión de China 2020-2050 se puede describir como una sola coordenada. La urbanización, la industrialización y la cultura del ahorro son pilares importantes de la visión, "apertura, compartido e inclusivo" son sus características naturales, la región de América Latina y el Caribe es un socio importante para China para hacer realidad la visión. En 1971-2001, se formaron asociaciones estables a largo plazo entre China y Brasil u otros países latinoamericanos. En 2002-2017, se consolidó la asociación de igualdad y beneficio mutuo. Desde 2018, China y América Latina ha estado fortaleciendo la asociación de "mano a mano", uno de los objetivos comunes es cruzar la "etapa de ingreso medio". Las relaciones entre China y América Latina están experimentando un nuevo período de ajuste estratégico y adaptación mutua, ambas partes deben fortalecer los intercambios y la cooperación para buscar un terreno común en las diferencias y avanzar de mano a mano.

Palabras clave: China Visión 2020-2050; relaciones China-América Latina; cinturón y rota.

JEL: E61; F01.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm24art2>

Data de envio do artigo: 19/8/2020. Data de aceite: 25/9/2020.

1 INTRODUÇÃO

No contexto do ambiente desfavorável de crescente protecionismo, desaceleração da economia global, enfraquecimento do mercado internacional e expansão global da Covid-19, a economia chinesa logrou realizar um crescimento restaurador em forma de V. De acordo com estatísticas divulgadas pelo Escritório Nacional de Estatísticas da China em 16 de julho de 2020,³ em comparação com o mesmo período de 2019, no primeiro trimestre, a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) da China foi de -6,8%, e no segundo trimestre foi de 3,2%. Com base na taxa de câmbio média do mercado entre o dólar americano (USD) e o renminbi (RMB) de 1 para 7,04, de janeiro a junho de 2020 o PIB da China somou cerca de US\$ 6,5 trilhões.

Em 21 de julho de 2020, o presidente da República Popular da China,⁴ Xi Jinping, salientou que, para seguir se recuperando, o país "deve concentrar todas as suas forças em seus próprios assuntos".⁵ O líder chinês mencionou que o país vai buscar alcançar um desenvolvimento mais robusto e sustentável com base tanto na liberação completa do potencial de demanda doméstica (que apresenta uma enorme escala) quanto em melhorar o nível de conectividade entre o mercado doméstico e o internacional.

Em breve, a China vai divulgar seu XIV Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional (PQDESC) (2021-2025). Este plano será o primeiro passo no avanço do país em direção à Visão de Desenvolvimento da

3. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/StatisticalStudio/201010/t20101025_72353.html>.

4. Secretário geral do Comitê Central do Partido Comunista e presidente da Comissão Militar Central da China.

5. Disponível em: <<https://www.chinadaily.com.cn/a/202007/22/WS5f17782da31083481725b200.html>>.

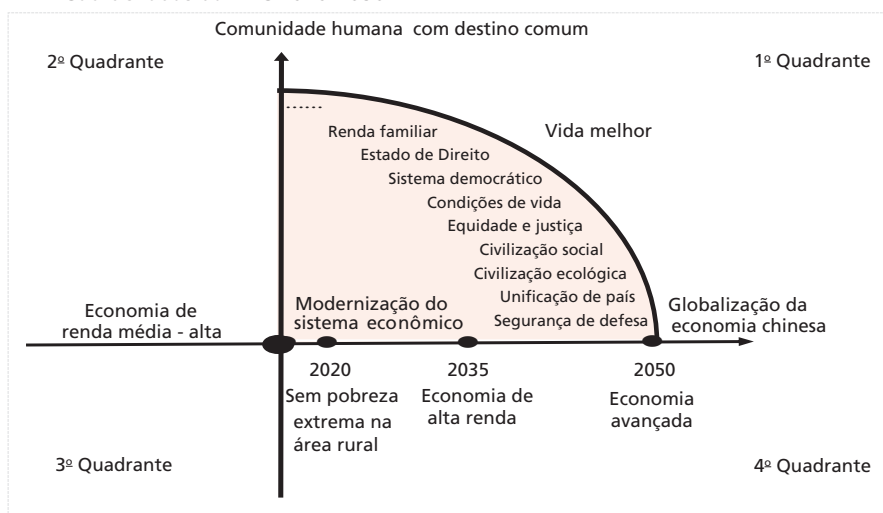
China (VDC) 2020-2050, contratada em 2017. Assim, tendo como pano de fundo esse momento singular, o objetivo deste artigo é demonstrar de que forma a parceria econômica chinesa com os países da região da América Latina e Caribe, com destaque para o Brasil, pode ter um futuro promissor, com ganhos relevantes para todas as partes.

2 COORDENADAS DA VDC 2020-2050

Concentrar todas as forças da China em seus próprios assuntos é uma das políticas nacionais básicas que o gigante asiático vem perseguindo há muito tempo. Ela significa independência e autossuficiência. Contudo, vale apontar que independência não significa fechar as portas da China para o mundo, ao passo que autossuficiência tampouco significa se desligar de outros países. Na verdade, a experiência recente indica que quanto mais a China se desenvolve, mais aberto será o país, quer dizer, mais estreita será a conexão entre o mercado chinês e o mercado global.

O XIX Congresso Nacional do Partido Comunista da China, realizado em outubro de 2017, estabeleceu a VDC 2020-2050. Essa ampla visão pode ser apresentada de maneira mais simples por meio de um sistema de coordenadas. Como mostra a figura 1, o ponto de origem das coordenadas é o *status* atual do desenvolvimento econômico chinês, no qual a China é uma economia em desenvolvimento com renda média-alta. Avançando na coordenada horizontal, o principal objetivo é caminhar para um estado em que haja um (ainda) melhor nível de globalização da economia. Na coordenada vertical, por seu turno, o objetivo final é a construção da Comunidade Humana com Destino Comum.

FIGURA 1
Coordenadas da VDC 2020-2050



Elaboração dos autores.

A modernização do sistema econômico é tarefa intermediária do eixo horizontal. Por um lado, essa modernização significa abraçar a “civilização digital” e promover o avanço tecnológico da economia chinesa. Por outro lado, significa melhorar o papel decisivo do mecanismo de mercado na alocação de recursos, acelerando a melhoria do sistema econômico híbrido de mercado e socialista. A expansão da curva “vida melhor”, que estabelece a fronteira ótima entre as coordenadas do VDC 2020-2050, não só requer crescimento econômico, mas também exige um desenvolvimento equilibrado de diferentes áreas sociais, políticas e culturais, como renda familiar, administração do país conforme a lei, sistema democrático, condições de vida, civilização social, proteção ambiental, unidade nacional, segurança nacional de defesa e paz mundial.

2.1 Urbanização, industrialização e cultura de poupança: três pilares da VDC 2020-2050

Até o final de 2019, havia cerca de 5,51 milhões de pessoas vivendo em pobreza extrema nas áreas rurais da China (NBSC, 2020). A eventual erradicação da pobreza extrema rural significará um avanço importante para a construção de uma sociedade mais justa na China, logo, o gigante asiático está se esforçando para alcançar o objetivo de eliminar esse problema ainda em 2020.

As metas de crescimento econômico do país estão atreladas aos seguintes objetivos de longo prazo: até 2035, tornar-se uma economia de alta renda; até 2050, transformar-se em uma economia avançada. Como mostra a tabela 1, o PIB *per capita* da China em 2019 apresentou valor de US\$ 10.262. Calculando com o dólar a preços constantes de 2019, para o PIB *per capita* chinês atingir pelo menos US\$ 18 mil em 2035, a taxa média de crescimento anual necessária a partir de 2020 deve ser de 4,1%. Uma vez atingido esse patamar, para que o PIB *per capita* ultrapasse US\$ 25 mil em 2050, a taxa anual média de crescimento do PIB no período 2036-2050 deve ser de 2,1%.

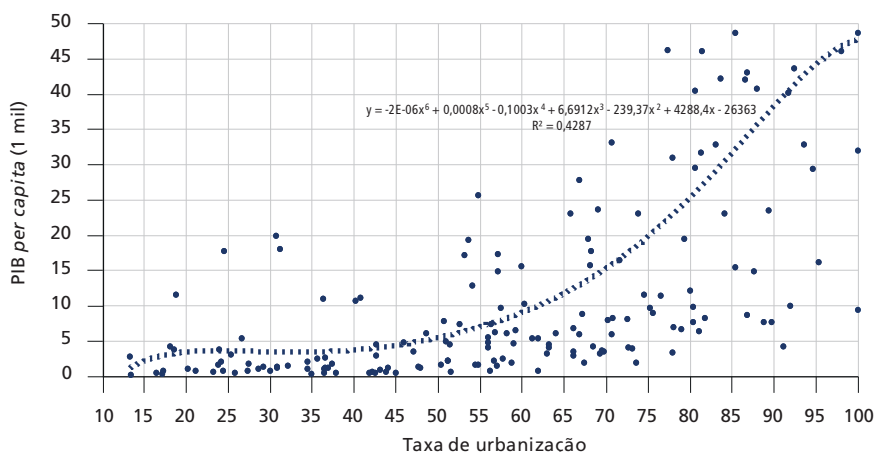
TABELA 1
Perspectivas de crescimento econômico para a VDC 2020-2050

	2019	2035	2050
PIB (US\$ trilhões)	14,3	26,3	35,1
População (milhões)	1.400	1.461	1.402
PIB <i>per capita</i> (US\$, preço constante de 2019)	10.262	18.000	25.000
Taxa anual média de crescimento do PIB necessária (%)	2004-2019	2020-2035	2036-2050
	9,1	4,1	2,1

Fontes: World Bank, 2010; China, 2019; ONU, 2019.

Para a VDC 2020-2035, urbanização, industrialização e cultura de poupança são três fatores importantes para apoiar o crescimento econômico de longo prazo da China. O estímulo fornecido pela urbanização, o primeiro pilar, ocorre principalmente por meio do aumento do consumo e dos investimentos. Utilizando dados do World Bank (2020), verifica-se que há uma correlação positiva, forte e estatisticamente muito significativa⁶ entre a taxa de urbanização e os níveis de renda dos países. Extraindo uma linha de tendência polinomial de sexto grau desses dados,⁷ estima-se que a renda nacional *per capita* alcance a faixa de US\$ 10 mil quando a taxa de urbanização atingir mais de 60%. A renda atingirá o valor de US\$ 20 mil quando aquela proporção exceder 75%, e chegará ao patamar de US\$ 25 mil aos 80% (gráfico 1).

GRÁFICO 1
Dispersão e linha de tendência polinomial para o PIB *per capita* e a taxa de urbanização de 180 países (2019)¹



Fonte: Banco Mundial (2020).

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Para mais detalhes, ver tabela A.1 no apêndice.

Considerando apenas o conjunto de países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e tomando os dados da taxa de urbanização e do PIB *per capita* disponibilizados pelo World Bank (2020) para o período 1960-2019, a correlação positiva entre as variáveis é ainda maior.⁸ Como se pode observar no gráfico 2, que indica a linha de tendência polinomial de segundo grau extraída por regressão,⁹ quando a taxa de urbanização

6. Rô de Spearman de 0,726 com significância superior a 99%.

7. $R^2 = 0,4287$.

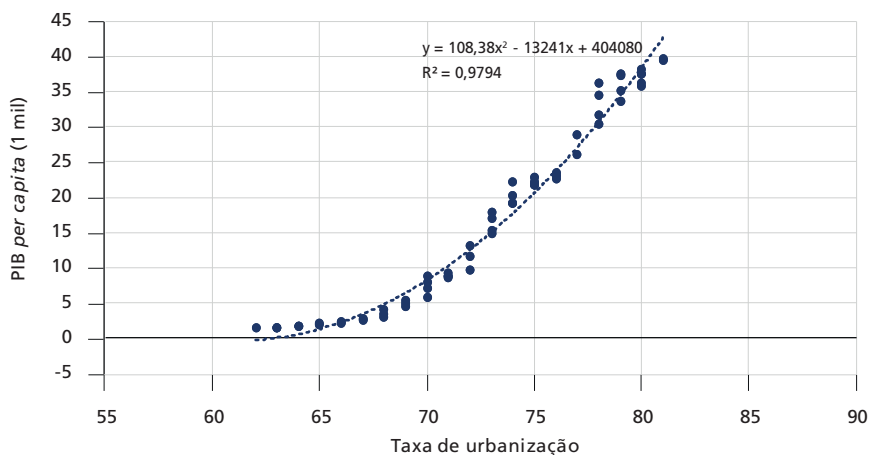
8. Rô de Spearman de 0,995 com significância superior a 99%.

9. $R^2 = 0,9794$.

daqueles países atingiu 75% em média, seu PIB *per capita* chegou a cerca de US\$ 20 mil, enquanto quando a taxa atingiu 80%, o PIB *per capita* superou os US\$ 37 mil. Portanto, para esse conjunto de nações, a série temporal das duas variáveis consideradas corrobora as informações reveladas pelos dados de 2019 de 180 países.

GRÁFICO 2

Dispersão e linha de tendência polinomial para o PIB *per capita* e a taxa de urbanização dos membros da OCDE (1960-2019)¹



Fonte: World Bank (2020).

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Para mais detalhes, ver tabela A.2 no apêndice.

Com relação à China, a taxa de urbanização em 2019 era de 60,6% (NBSC, 2020) e o PIB *per capita* totalizava US\$ 10.262. Essa configuração está em conformidade com a linha de tendência exibida no gráfico 1. Segundo projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) (2018), a taxa de urbanização chinesa pode atingir 73,9% em 2035 e 80% em 2050. Levando em consideração a análise precedente, pode-se esperar que nesses anos o PIB *per capita* correspondente a esses níveis de concentração populacional em centros urbanos chegue a US\$ 18 mil e US\$ 25 mil, respectivamente.

Quanto ao segundo pilar do crescimento, cabe apontar que a China tem um sistema produtivo completo e diversificado de indústrias de manufatura. Em 2019, o valor agregado desse setor somou US\$ 3,9 trilhões, representando cerca de 28,2% do montante mundial (World Bank, 2020). Não obstante, a China tem promovido a atualização de sua estrutura manufatureira investindo continuamente em alta tecnologia e inovações digitais. Esse processo representa uma parte importante das reformas estruturais do lado da oferta realizadas pelo país.

Finalmente, o terceiro pilar do crescimento, a cultura de poupança presente na sociedade chinesa, caracteriza-se como uma tradição com milhares de anos de longevidade. No período 2000-2019, o peso médio da poupança doméstica na composição do PIB da China alcançou o patamar de 46,5%.¹⁰ De uma forma geral, essa poupança doméstica não está apoiando somente a urbanização e a industrialização, mas também as políticas fiscais e financeiras do governo.

2.2 Abertura, compartilhamento e inclusão: características transversais da VDC 2020-2050

No caminho a ser trilhado para deslocar a posição da China em direção à fronteira da curva “vida melhor” que se estabelece entre as coordenadas da VDC 2020-2050, mostradas na figura 1, abertura, compartilhamento e inclusão são princípios transversais para guiar as políticas públicas adotadas pelo país. Segundo afirmou o presidente chinês, “a China não fechará suas portas para o mundo; só nos tornaremos cada vez mais abertos” (Jinping, 2017, tradução nossa).

Em 2018, as importações de mercadorias representaram na China 15,4% do PIB, em comparação com 22,7% no conjunto de países da OCDE. Em 2019, a participação do estoque de investimento direto estrangeiro (IDE) na economia do gigante asiático foi de cerca de 14,8%, enquanto na OCDE foi de 49,8%, em média. Em março de 2020, a participação dos ativos financeiros estrangeiros no PIB chinês era de cerca de 8,4%, contra uma taxa de 43,3% nos países da OCDE considerados em conjunto (World Bank, 2020).¹¹ Esses dados revelam haver um amplo espaço disponível para avançar a abertura econômica chinesa.

O respeito recíproco e a cooperação fundada em benefícios mútuos são a base do princípio de compartilhamento. Desde uma iniciativa unilateral, a China está se tornando cada vez mais aberta ao mundo a partir da implementação de uma série de medidas, valendo destacar o estabelecimento de dezoito zonas experimentais e um porto, ambos de livre comércio; o gerenciamento de listas negativas; e a melhoria do seu ambiente de negócios. Nas perspectivas bilaterais, sub-regionais e globais, o país está engajado na construção de redes de livre comércio multinível, apoiando o multilateralismo para a constituição de um sistema econômico mundial aberto.

Por último, o princípio da inclusão não significa indulgência. Segundo é defendido por sua política externa, a China tem reafirmado que não buscará exercer hegemonia nem se envolverá em expansionismos em sua inserção internacional; ao mesmo tempo, o país se opõe de forma assertiva ao unilateralismo e ao hegemonismo. Conforme postulado pelo presidente chinês,

10. Cálculo com base em dados da base chinesa Wind.

11. Disponível em: <<https://www.bis.org/statistics/index.htm>> e <<https://unctadstat.unctad.org>>.

“a China nunca buscará o desenvolvimento às custas dos interesses de outros países, e nunca abandonará seus direitos e interesses legítimos. Ninguém deve esperar que admitamos qualquer coisa que prejudique nossos interesses” (Jinping, 2017, tradução nossa).

2.3 A região da América Latina e Caribe como parceria importante na VDC 2020-2050

Conforme consta na VDC 2020-2050, a China espera e deseja estabelecer uma cooperação de longo prazo, estável e de benefício mútuo com todos os países que cumpram os requisitos que estão no primeiro quadrante das coordenadas que definem esse plano governamental, conforme mostra a figura 1. Nesse sentido, o gigante asiático tem promovido a construção de uma estrutura ampla e estável de cooperação no mundo, buscando um encaminhamento equilibrado de suas relações internacionais. Assim, tem agido para aprofundar iniciativas de desenvolvimento integrado com seus países vizinhos e fortalecer a solidariedade com países em desenvolvimento em toda parte.

É interessante notar que a China é o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental, enquanto que o Brasil é o maior do hemisfério ocidental. Pequim considera o gigante sul-americano uma das principais potências do sistema internacional e apoia sua disposição em desempenhar um papel mais importante nos assuntos mundiais. Endossa, dessa forma, a ideia de que o Brasil tenha um papel de liderança na governança global, assim como tenha participação central na construção da Iniciativa Cinturão e Rota, a qual é impulsionada com prioridade pela potência asiática e que envolve, entre outras regiões, a América Latina e Caribe. Com esforços conjuntos, é possível que esses países abram caminho para a cooperação transpácífica.

3 BREVE ANÁLISE DAS RELAÇÕES CHINA-AMÉRICA LATINA DESDE 1971

Desde 1971, o desenvolvimento das relações sino-latino-americanas pode ser dividido para fins analíticos em três períodos: 1971-2001, 2002-2017 e 2018-atualidade. Cada uma dessas etapas será objeto de exame das próximas subseções.

3.1 Formação de uma parceria estável e de longo prazo (1971-2001)

A Resolução nº 2.758 da XXVI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (1971) pode ser considerada um marco importante da renovação da integração da China ao sistema político internacional. A partir dela, foram recuperados os direitos legais da República Popular da China na ONU. Na letra do documento, “reconhece-se que os representantes do governo da República Popular da China são os únicos representantes legais da China nas Nações Unidas e que

a República Popular da China é um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança”.¹²

Antes de 1971, a China apenas tinha relações diplomáticas com Cuba (1960) e Chile (1970). Já em 2001, Pequim havia estabelecido e mantido relações diplomáticas com mais dezessete países da região: Peru (1971), Jamaica (1972), México (1972), Argentina (1972), Guiana (1972), Trinidad e Tobago (1974), Venezuela (1974), Brasil (1974), Suriname (1976), Barbados (1977), Equador (1980), Colômbia (1980), Antígua e Barbuda (1983), Granada (1985), Bolívia (1985), Uruguai (1988) e Bahamas (1997).

Aprofundamento, fortalecimento e estabilização das relações bilaterais com os países da região são tarefas que a política externa chinesa considera muito importantes. Em 1993, China e Brasil estabeleceram formalmente uma parceria estratégica de longo prazo, estável e de benefício mútuo. O maior país da América do Sul foi o primeiro sócio no planeta a instituir esse tipo de relação com Pequim. Em 1997, o México formalizou uma parceria estratégica global com a potência asiática, tornando-se o primeiro país na região da América Latina e Caribe a obter o referido *status*.

Em abril de 2001, o então presidente chinês Jiang Zemin assinalou em discurso proferido à CEPAL que seu país estava pronto para estabelecer e desenvolver relações com todos os países latino-americanos e caribenhos segundo os moldes da parceria formatada com os mexicanos. Ela se define como uma relação de longo prazo, estável, com base na igualdade e no benefício mútuo.

3.2 Consolidação de uma associação de igualdade e benefício mútuo (2002-2017)

Em dezembro de 2001, a China se tornou o 143º membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). A adesão à organização foi um dos marcos mais importantes para a integração chinesa à economia global, cuja cooperação econômica e comercial com outros países da América Latina e Caribe baseia-se principalmente nas regras multilaterais oriundas da OMC. Bilateralmente, o país assinou, ao longo da década de 2000, acordos de livre comércio com Chile, Peru e Costa Rica.

Em julho de 2014, na Declaração Conjunta da Cúpula de Brasília dos Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe anunciou-se a fundação do Fórum China-CELAC, formalizando a parceria estratégica global da potência asiática com a região em conjunto. Em janeiro de 2015, foi realizada em Pequim a I Reunião Ministerial daquele fórum, em cuja declaração se enfatizou que o mecanismo é uma nova plataforma, um novo ponto de partida e uma nova oportunidade para aprofundar ainda mais a parceria estratégica global das contrapartes.

12. Disponível em: <[https://undocs.org/en/A/RES/2758\(XXVI\)](https://undocs.org/en/A/RES/2758(XXVI))>.

Comércio, investimento e finanças são os três mecanismos básicos da cooperação econômica entre Pequim e a América Latina e Caribe. Segundo as estatísticas comerciais chinesas, a corrente de comércio de mercadorias com esse conjunto de países passou de US\$ 26,8 bilhões em 2003 para US\$ 102,6 bilhões em 2007, US\$ 241,4 bilhões em 2011, US\$ 307,2 bilhões em 2018 e US\$ 317,4 bilhões em 2019. No período 2015-2019, essa corrente se mostrou satisfatoriamente equilibrada, com ligeiro *superavit* comercial para a China de US\$ 100 milhões ao ano em média. Da região latino-americana e caribenha, apenas Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela possuem *superavit* comercial com o gigante da Ásia.

De toda forma, os investimentos e as finanças são alternativas que podem ser usadas pelo país superavitário para equilibrar os *deficit* comerciais de seus sócios. Nesse sentido, na área do primeiro instrumento, Pequim estabeleceu o Fundo de Cooperação China-América Latina (US\$ 10 bilhões) e o Fundo de Investimento para Cooperação China-América Latina em Capacidade de Produção, os quais financia unilateralmente. No caso da cooperação financeira, o Banco de Desenvolvimento da China concedeu US\$ 20 bilhões em empréstimos especiais para infraestrutura e US\$ 3 bilhões em empréstimos preferenciais para a região do Caribe. O Banco de Exportação e Importação da China já forneceu US\$ 10 bilhões em empréstimos preferenciais. Pequim tem acordos de troca de moeda (*swap* cambial) assinados com Argentina, Brasil, Chile e Suriname. Em julho de 2020, renovou o contrato com Buenos Aires, fornecendo um montante adicional de ¥ 130 bilhões (US\$ 18,2 bilhões).

3.3 Fortalecendo a parceria “de mãos dadas” (2018-atualidade)

Na II Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC, realizada em Santiago, no Chile, em janeiro de 2018, as contrapartes emitiram uma declaração especial sobre a Iniciativa Cinturão e Rota. Os chineses convidaram os países da América Latina e Caribe para participar da iniciativa de forma voluntária. Em sua carta de boas-vindas àquela reunião, o presidente Xi Jinping enfatizou que a construção conjunta dessa empreitada vai contribuir para a definição de um caminho para a cooperação transpácífica, com o qual os países da CELAC e a China se conectarão progressivamente.

De fato, a Iniciativa Cinturão e Rota é uma das plataformas internacionais fundamentais da política externa chinesa para propor uma rota de cooperação global na atualidade. O seu principal objetivo é mobilizar recursos no mundo todo para melhorar a conectividade internacional e proporcionar a inclusão dos países na economia globalizada, elevando suas capacidades para executar as estratégias de desenvolvimento sustentável que venham a adotar. Como na VDC 2020-2050, a abertura é um princípio que guia as ações que envolvem a Iniciativa Cinturão e Rota, enquanto a ideia de construção conjunta constitui a medida

básica em sua implementação. No caso da parceria sino-latino-americana, esses esforços estão em fase inicial, na qual ambos os lados estão consolidando suas experiências de sucesso e explorando novos modos de cooperação.

Em 2018 a 2019, embora o crescimento do comércio entre a China e a América Latina e Caribe tenha sido limitado, as importações chinesas foram uns dos fatores mais importantes na estabilização das exportações de *commodities* latino-americanas e caribenhas, especialmente no caso dos países da América do Sul. Além disso, os investimentos produtivos e a cooperação financeira de origem chinesa têm sido mantidos e apresentam tendência crescente. De janeiro a junho de 2020, de acordo com as estatísticas brasileiras, apesar do impacto da pandemia da Covid-19, o comércio bilateral de mercadorias com a China somou ao redor de US\$ 51 bilhões, ou seja, houve um crescimento de 6,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

4 SUPERAÇÃO CONJUNTA DA FASE RENDA MÉDIA

Segundo estatísticas do World Bank (2020), em dólares constantes atuais, de 1971 a 2019 o PIB *per capita* da China aumentou de US\$ 119 para US\$ 10.262, enquanto na região da América Latina e Caribe passou de US\$ 669 para US\$ 8.847. A potência asiática e a maioria dos países latino-americanos e caribenhos se encontram em uma fase de desenvolvimento caracterizada pela renda média-alta, sendo, portanto, um objetivo comum a superação de desafios para caminhar em direção a uma fase de renda alta.

4.1 O crescimento econômico é motor fundamental para o crescimento do comércio

De acordo com dados do World Bank (2020) e da UNCTAD,¹³ em dólares correntes, no período de 2002-2018, o PIB da China aumentou US\$ 12,4 trilhões, e as importações chinesas de bens provenientes da América Latina e do Caribe aumentaram US\$ 160,8 bilhões. No mesmo período, o PIB daquela região aumentou US\$ 3,8 trilhões, e o valor da importação que a América Latina e o Caribe realizou de bens originários da China aumentou US\$ 187,8 bilhões.

O crescimento do comércio sino-latino-americano de mercadorias está intimamente relacionado, de forma positiva, com o crescimento da economia de ambas as partes. Estatisticamente, a correlação entre essas grandezas (em bilhões de US\$) tende a ocorrer conforme demonstrado nas equações (1) a (4).¹⁴

$$\text{Importação}_{\text{chinesa da ALC}} = 0,01103 \times \text{PIB}_{\text{China}} + 72,263 \quad R^2 = 0,8864 \quad (1)$$

13. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org>>.

14. Para uma visão detalhada, ver os gráficos A.1, A.2, A.3 e A.4, os quais apresentam a dispersão dos dados e a representação visual das respectivas regressões lineares expressas por essas fórmulas.

$$Importação_{chinesa\ do\ brasil} = 0,0052 \times PIB_{China} + 2,582 \quad R^2 = 0,8977 \quad (2)$$

$$Importação_{da\ ALC\ da\ China} = 0,04066 \times PIB_{ALC} - 748,6 \quad R^2 = 0,9335 \quad (3)$$

$$Importação_{do\ Brasil\ da\ China} = 0,01769 \times PIB_{Brazil} - 86,593 \quad R^2 = 0,9022 \quad (4)$$

De acordo com as estatísticas chinesas, em 2019 o valor de suas importações de mercadorias produzidas por países da América Latina e o Caribe totalizou US\$ 159 bilhões (das quais cerca de US\$ 79,8 bilhões partiram do Brasil).¹⁵ Em dólares constantes de 2019, conforme exposto anteriormente, o PIB da China poderia aumentar em US\$ 12 trilhões até 2035. Com base na equação (1), estima-se que a importação chinesa de produtos latino-americanos e caribenhos poderia aumentar em US\$ 140 bilhões, ou seja, chegaria a US\$ 300 bilhões em 2035. Usando a equação (2), as importações chinesas de produtos brasileiros poderiam aumentar em cerca de US\$ 60 bilhões entre 2020 e 2035, quando totalizariam em torno de US\$ 140 bilhões. Dessa forma, observa-se como os ganhos mútuos potenciais são bastante promissores.

4.2 Reajuste industrial global como pano de fundo da cooperação produtiva

Influenciada por fatores como inovação tecnológica e padronização da produção, a importância de custos econômicos na formatação da divisão internacional dos processos produtivos tende a diminuir, enquanto a importância de fatores como o tempo e as questões institucionais tende a aumentar. Para reduzir esses custos, o reajuste global da organização produtiva da manufatura está mostrando uma tendência à regionalização. Com a pandemia da Covid-19, essa propensão parece se tornar ainda mais clara.

Devido à longa distância entre China e América Latina, o custo de tempo é relativamente alto. A Iniciativa Cinturão e Rota é um instrumento que busca contribuir para a melhoria da interconectividade, o aumento da eficiência de transporte e, portanto, a redução do custo de tempo. A cooperação produtiva também é componente importante do projeto. Por um lado, um dos principais objetivos é aumentar a capacidade de exportação de manufaturados por parte da região latino-americana e caribenha, inclusive com vistas a serem exportados para a China. A promoção de um valor agregado mais alto das exportações pode até mesmo compensar o custo do tempo, caso ele supere um nível determinado anteriormente, por exemplo. Por outro lado, pode-se também reduzir o custo de tempo por meio da substituição das importações de produtos manufaturados chineses por produção local nos países dessa região. Nesse caso, a facilitação

15. Dados obtidos da base de dados chinesa Wind.

do comércio e do investimento direto é uma ferramenta básica para reduzir o custo institucional. Acima de tudo, ao mesmo tempo em que se abre ao mundo unilateralmente, a China demonstra estar disposta a tomar medidas bi ou multilaterais com os países da América Latina e do Caribe para melhorar a facilitação de relações econômicas de toda natureza.

4.3 A civilização digital é uma oportunidade histórica

A China é a segunda maior economia digital do mundo. Em 2019, o valor agregado da economia digital do país asiático somou ¥ 35,8 trilhões (US\$ 5,1 trilhões), representando 35,8% do PIB chinês (Zhang, 2020). Em 2020, o país seguiu acelerando esse processo com a construção de novas infraestruturas, como a rede 5G, a computação em nuvem, os equipamentos para o processamento de *big data*, a inteligência artificial etc. A aceleração da digitalização da economia real como forma de incitar a formação de novos polos impulsionadores de crescimento se tornou uma frente central da política nacional de desenvolvimento da potência asiática.

Na civilização agrícola, existente há milhares de anos, a China e a América Latina vêm dando importantes contribuições históricas ao desenvolvimento da humanidade. Na civilização industrial, inaugurada há algumas centenas de anos, diferentemente, elas estão atrás dos países industrializados ocidentais. Com o monopólio das tecnologias científicas e da manufatura avançada, as grandes potências mantinham sua hegemonia industrial – porém, na atualidade, a humanidade está entrando na era da civilização digital. Comparando com a etapa precedente, uma distinção marcante é a descentralização. Quer dizer, qualquer computador ou telefone pode se tornar um centro de criação e difusão de conteúdo e valor. Com isso, é praticamente impossível para um país monopolizar a tecnologia digital e possuir hegemonia digital.

Comparados com a maioria dos países em desenvolvimento, os indicadores econômicos e sociais na região da América Latina e Caribe são geralmente melhores. Nos últimos anos, houve desenvolvimentos significativos na economia digital de seus países (em particular no Brasil, mas também em outros casos), os quais lhes proveram uma boa base para entrar de forma competitiva na era da civilização digital.

4.4 Interesses comuns em quatro níveis

A China assegura esperar e desejar, dentro do primeiro quadrante das coordenadas da VDC 2020-2050, cooperar em todos os aspectos com todos os países da América Latina e do Caribe. Isso significa, conforme apontado anteriormente, estabelecer e manter relações diplomáticas de longo prazo, estáveis e de benefício mútuo, de forma a participar conjuntamente da governança global.

São muitos os interesses comuns aos dois lados dessa parceria. Eles pertencem a pelo menos quatro níveis do sistema internacional: global, regional, bilateral e unilateral. Assim, ambas as contrapartes apoiam e mantêm em conjunto o sistema internacional, tendo a ONU como seu núcleo, no qual se defende que a ordem internacional se baseia no direito internacional. Ao mesmo tempo, os chineses apoiam a solidariedade para com os processos de integração regional latino-americanos e caribenhos, respeitando também a salvaguarda da soberania nacional e do desenvolvimento independente de cada um de seus países.

Em abril de 1974, na VI Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, o governo chinês assumiu os compromissos políticos que se traduzem nos Cinco Apoios para o avanço dos países em desenvolvimento. Primeiro, apoio à soberania nacional sobre os recursos naturais. Segundo, ao direito soberano da gestão de capital estrangeiro, particularmente as empresas transnacionais. Terceiro, apoio à execução independente de suas estratégias de desenvolvimento. Quarto, ao aumento dos preços de exportação de suas matérias-primas e de produtos primários, semimanufaturados e manufaturados. Quinto, ao estabelecimento de organizações internacionais de países exportadores de matérias-primas. A China tem cumprido-os e afirma que continuará a defendê-los.

4.5 Cooperação em cinco áreas

Em janeiro de 2015, o Plano de Cooperação China-CELAC (2015-2019) forneceu uma descrição muito detalhada sobre o potencial de cooperação entre as partes presentes. O horizonte de campos possíveis foi subdividido em cinco áreas temáticas: política (envolvendo questões de segurança); questões internacionais; economia (comércio; investimento; finanças; infraestrutura; transporte; energia e recursos naturais; agricultura; indústria; ciência e tecnologia; incluindo a aeroespacial); social (educação e treinamento em recursos humanos; cultura e esportes; notícias; mídia; publicações; turismo; erradicação da pobreza; saúde; e amizade civil); e ambiental (proteção ambiental, gerenciamento de desastres naturais; e redução dos riscos de ocorrência).

Em fevereiro de 2018, o Plano de Ação Conjunta para a Cooperação em Áreas Prioritárias China-CELAC (2019-2021) reafirmou a prioridade da cooperação nesses cinco grandes campos. Em julho de 2020, a Videoconferência Especial de Ministros das Relações Exteriores entre China e América Latina assegurou uma vez mais o consenso fundamental sobre um conjunto de assuntos internacionais, em que ambos os lados apoiam o multilateralismo, a ONU, a OMS, o livre comércio e a cooperação internacional.

5 CONCLUSÕES GERAIS

Na tradição estatal chinesa, o desenvolvimento nacional se contabiliza em décadas, o trabalho governamental, por sua vez, é planejado em anos, e a vida familiar, por fim, baseia-se em uma escala diária. Nesse entendimento, a China está analisando e elaborando seu XIV Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social Nacional (2021-2025), bem como as metas específicas da VDC 2020-2035.

Com base na integração vertical entre trabalho-governo-Estado, o gigante asiático enfatiza em suas políticas públicas a coordenação entre capital e trabalho; mercado e governo; e Estado e mundo. O governo central do país possui um amplo leque de opções de políticas fiscais e financeiras para apoiar o crescimento econômico. Em 2019, na esfera central da administração, o *superavit* fiscal chinês foi de 5,5% e a dívida pública representou 17% do PIB. Em junho de 2020, as reservas cambiais totalizaram cerca de US\$ 32.433,3 bilhões. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que, no período 2020-2024, a poupança doméstica da China comporá em torno de 41,9% do PIB.

Para Pequim, um dos principais objetivos do crescimento econômico é aumentar a renda das famílias de forma geral. Na potência asiática, há cerca de 600 milhões de habitantes de renda média ou baixa, com uma renda mensal *per capita* de até ¥ 1 mil (ao redor de US\$ 142) (Premier..., 2020). Parte dessa população possui dois tipos de seguridade social: a terra rural e o emprego urbano. Enquanto estabiliza as funções de segurança das terras rurais, a China está inovando para promover atividades de produção que demandem mais trabalho e criem mais empregos.

Suas relações com a América Latina e o Caribe estão passando por um novo período de ajuste estratégico e de adaptação mútua. Desde a década de 1980, ambas as partes vêm implementando reformas e incrementando sua abertura. Na primeira década do século XXI, a economia chinesa, em rápida elevação, se tornou um fator importante no impulso do crescimento econômico dos países latino-americanos. No entanto, desde 2014 a América Latina e o Caribe têm vivido um duro período de estagnação econômica. A CEPAL observou que os efeitos da pandemia da Covid-19 farão de 2010-2020 mais uma “década perdida” para a região. Para o organismo, os países precisam mudar seus modelos econômicos para superar as novas armadilhas do desenvolvimento (CEPAL *et al.*, 2019).

Apesar desse contexto, as trajetórias individuais da China e dos países da América Latina e do Caribe indicam que o desenvolvimento de um país requer um bom ambiente internacional de cooperação. Esses países têm condições nacionais diferentes, mas ainda assim possuem mais interesses comuns que propósitos distintos. No novo processo de ajuste e de desenvolvimento, será benéfico para

os dois lados fortalecer o intercâmbio econômico e a cooperação, buscando um terreno comum nas diferenças, avançando de mãos dadas.

REFERÊNCIAS

CEPAL – COMISSIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE *et al.* **Perspectivas económicas de América Latina 2019: desarrollo en transición.** Paris: OECD, CAF, CEPAL, ONU, 2019. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/44525-perspectivas-economicas-america-latina-2019-desarrollo-transicion>>.

JINPING, Xi. Secure a decisive victory in building a moderately prosperous society in all respects and strive for the great success of socialism with Chinese characteristics for a New Era. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 19., 2017, Beijing. **Anais...** Beijing: PCCh, 2017.

NBSC – NATIONAL STATISTICS BUREAU OF CHINA. **Statistical communiqué of the people's Republic of China on the 2019 national economic and social development.** Beijing: China, 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Population division of the department of economic and social affairs: world urbanization prospects 2018.** Nova Iorque: ONU, 2018. Disponível em: <<https://population.un.org/wup/>>.

_____. **Population division of the department of economic and social affairs: world population prospects 2019.** Nova Iorque: ONU, 2019. Disponível em: <<https://population.un.org/wpp/>>.

PREMIER Li Keqiang meets the press: full transcript of questions and answers. **China Daily**, 30 maio 2020.

WORLD BANK. **World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography.** Washington: World Bank, 2019.

_____. **World Development Indicators.** Washington: World Bank, 2020. Disponível em :<<https://databank.worldbank.org>>

ZHANG Jie. 19th China Internet Conference kicks off online. **China Daily**, 24 jul. 2020.

APÊNDICE

TABELA A.1
Taxa de urbanização e PIB *per capita* de 180 economias (2019)

Economia	Taxa de urbanização (%)	PIB <i>per capita</i> (US\$ de 2019)	Economia	Taxa de urbanização (%)	PIB <i>per capita</i> (US\$ de 2019)
Afeganistão	25,8	502,1	Alemanha	60,3	10.261,7
África do Sul	61,2	5.352,9	América do Norte	81,1	6.432,4
Albânia	73,2	3.948,3	Catar	29,2	1.393,5
Andorra	88,0	40.886,4	China	45,0	545,2
Angola	66,2	2.973,6	Chipre	67,4	2.011,1
Antígua e Barbuda	24,5	17.790,3	Colômbia	80,1	12.238,4
Arábia Saudita	59,2	6.580,1	Comores	51,2	2.286,2
Argélia	92,0	10.006,1	Costa do Marfim	57,2	14.853,2
Argentina	63,2	4.622,7	Costa Rica	66,8	27.858,4
Armênia	86,1	54.907,1	Croácia	73,9	23.101,8
Austrália	58,5	50.277,3	Dinamarca	88,0	59.822,1
Áustria	56,0	4.793,6	Djibouti	77,9	3.408,8
Azerbaijão	83,1	32.933,5	Domínica	70,8	8.300,4
Bahamas	89,4	23.504,0	Egito	81,8	8.282,1
Bahrein	37,4	1.855,7	El Salvador	64,0	6.183,8
Bangladesh	31,2	18.148,2	Emirados Árabes Unidos	42,7	3.020,0
Barbados	79,0	6.663,3	Equador	72,7	4.187,3
Bélgica	98,0	46.116,7	Estados Unidos	72,6	8.131,9
Belize	45,9	4.815,2	Estônia	69,1	23.659,9
Benim	47,9	1.219,4	Etiópia	24,0	3.837,0
Bielorrússia	69,8	3.552,1	Fiji	21,2	857,5
Bolívia	48,6	6.073,3	Filipinas	56,8	6.220,0
Bósnia e Herzegovina	70,2	7.961,3	Finlândia	85,4	48.685,9
Botsuana	86,8	8.717,2	França	80,7	40.493,9
Brasil	77,9	31.086,8	Gabão	89,7	7.667,4
Brunei	75,3	9.737,6	Gâmbia	61,9	751,3
Bulgária	30,0	774,8	Gana	59,0	4.769,2
Burkina Faso	13,4	261,2	Geórgia	77,4	46.258,9
Burundi	66,2	3.603,8	Granada	56,7	2.202,1
Cabo Verde	23,8	1.643,1	Grécia	79,4	19.582,5
Camarões	57,0	1.497,9	Guatemala	36,4	10.965,5
Camboja	81,5	46.194,7	Guiana	51,4	4.620,0
Canadá	41,8	467,9	Guiné	36,5	1.064,1
Cazaquistão	23,3	709,5	Guiné Equatorial	43,8	697,8
Chade	87,6	14.896,5	Guiné-Bissau	26,7	5.468,4

(Continua)

(Continuação)

Economia	Taxa de urbanização (%)	PIB <i>per capita</i> (US\$ de 2019)	Economia	Taxa de urbanização (%)	PIB <i>per capita</i> (US\$ de 2019)
Chile	56,2	754,6	Holanda	54,5	1.677,9
Coreia do Sul	57,7	2.574,9	Ilhas Maurício	40,8	11.203,5
Eslováquia	100,0	48.755,8	Macedônia do Norte	80,4	9.863,1
Eslovênia	71,6	16.475,7	Marrocos	42,7	4.498,5
Espanha	93,9	66.944,8	Mauritânia	68,5	4.295,2
Haiti	34,5	2.104,1	México	67,2	8.832,0
Honduras	56,0	4.135,6	Moçambique	63,0	3.204,1
Hong Kong RAE, China	70,7	5.955,1	Moldávia	36,5	491,8
Hungria	63,4	78.661,0	Mongólia	30,9	1.407,8
Ilhas Salomão	92,5	43.641,4	Montenegro	51,0	4.957,5
Índia	70,7	33.189,6	Myanmar	100,0	9.397,0
Indonésia	56,0	5.582,3	Namíbia	20,2	1.071,1
Iraque	91,7	40.246,9	Nauru	91,9	52.447,8
Irlanda	91,2	4.330,3	Nepal	86,6	42.084,4
Islândia	57,5	9.731,1	Nicarágua	58,8	1.912,9
Israel	27,5	1.816,5	Níger	16,5	554,6
Itália	54,8	1.655,1	Nigéria	51,2	2.229,9
Jamaica	81,4	31.762,0	Noruega	82,4	63.327,5
Japão	100,0	32.032,0	Nova Zelândia	58,2	6.093,1
Jordânia	36,6	1.309,4	Omã	82,6	75.419,6
Kiribati	35,6	2.534,9	Panamá	85,4	15.474,0
Kuwait	68,2	17.836,4	Papua Nova Guiné	36,9	1.284,7
Laos	88,8	7.784,3	Paquistão	68,1	15.731,0
Lesoto	28,6	1.157,5	Paraguai	13,3	2.845,2
Letônia	51,6	621,9	Peru	61,9	5.414,8
Libano	80,4	7.683,8	Polónia	78,1	6.977,7
Libéria	67,9	19.455,5	Porto Rico	47,1	3.485,1
Líbia	91,2	114.704,6	Portugal	60,0	15.595,2
Lituânia	100,0	84.096,4	Reino Unido	65,8	23.145,0
Luxemburgo	37,9	522,2	República Democrática do Congo	93,6	32.873,7
Macau RAE, China	17,2	411,6	República do Congo	99,2	64.781,7
Madagascar	76,6	11.414,8	República Dominicana	54,1	12.919,5
Malásia	40,2	10.790,5	República Tcheca	74,6	11.585,0
Malawi	43,1	890,7	Romênia	17,3	801,7
Maldivas	94,7	29.416,2	Ruanda	18,1	4.315,9
Mali	73,6	1.994,9	Rússia	27,3	870,8
Malta	84,1	23.139,8	Samoa	34,5	1.122,1

(Continua)

(Continuação)

Economia	Taxa de urbanização (%)	PIB <i>per capita</i> (US\$ de 2019)	Economia	Taxa de urbanização (%)	PIB <i>per capita</i> (US\$ de 2019)
Mundo Árabe	47,7	1.446,8	Suazilândia	50,7	7.808,2
Quênia	56,3	7.402,4	Tailândia	30,9	1.294,2
Quirguistão	57,1	17.401,7	Tajiquistão	42,2	675,5
República Centro-Africana	42,5	504,5	Tanzânia	53,2	17.276,5
Santa Lúcia	100,0	65.233,3	Timor-Leste	69,3	3.317,5
São Cristóvão e Neves	53,7	19.329,1	Togo	75,6	9.042,5
São Tomé e Príncipe	54,8	25.739,2	Trindade e Tobago	63,2	4.059,0
São Vicente e Granadinas	24,2	2.127,5	Tunísia	24,4	776,8
Senegal	66,9	6.001,4	Turquia	69,5	3.659,0
Serra Leoa	80,6	29.613,7	Tuvalu	86,8	43.103,3
Sérvia	18,6	3.853,1	Ucrânia	83,7	42.300,3
Seychelles	30,8	19.896,5	Uganda	82,5	65.280,7
Singapura	18,8	11.611,4	Uruguai	95,4	16.190,1
Sri Lanka	52,6	7.463,5	Uzbequistão	50,4	1.724,8
Sudão	34,9	441,5	Vanuatu	25,4	3.058,1
Suécia	66,1	6.854,9	Vietnã	36,6	2.715,3
Suíça	87,7	51.610,1	Zâmbia	44,1	1.291,3
Suriname	73,8	81.993,7	Zimbábue	32,2	1.464,0

Fonte: Banco Mundial, 2020.

Obs.: PIB – produto interno bruto.

TABELA A.2
Taxa de urbanização e PIB *per capita* dos membros da OCDE (1960-2019)

Ano	Taxa de urbanização (%)	PIB <i>per capita</i> (US\$ corrente)	Ano	Taxa de urbanização (%)	PIB <i>per capita</i> (US\$ corrente)
1960	62	1.329	1990	73	17.002
1961	63	1.376	1991	73	17.825
1962	63	1.465	1992	74	18.997
1963	64	1.558	1993	74	19.088
1964	64	1.680	1994	74	20.238
1965	65	1.800	1995	74	22.139
1966	65	1.951	1996	75	22.159
1967	66	2.070	1997	75	21.667
1968	66	2.222	1998	75	21.737
1969	67	2.415	1999	75	22.658
1970	67	2.607	2000	76	22.977
1971	68	2.855	2001	76	22.604
1972	68	3.277	2002	76	23.406
1973	68	3.924	2003	77	26.000
1974	69	4.353	2004	77	28.737
1975	69	4.825	2005	78	30.183
1976	69	5.180	2006	78	31.617
1977	70	5.784	2007	78	34.347
1978	70	6.895	2008	78	36.112
1979	70	7.888	2009	79	33.569
1980	70	8.680	2010	79	34.983
1981	71	8.760	2011	79	37.435
1982	71	8.557	2012	79	37.185
1983	71	8.766	2013	80	37.448
1984	71	9.093	2014	80	37.980
1985	72	9.499	2015	80	35.605
1986	72	11.414	2016	80	36.031
1987	72	13.116	2017	80	37.370
1988	73	14.670	2018	81	39.299
1989	73	15.223	2019	81	39.438

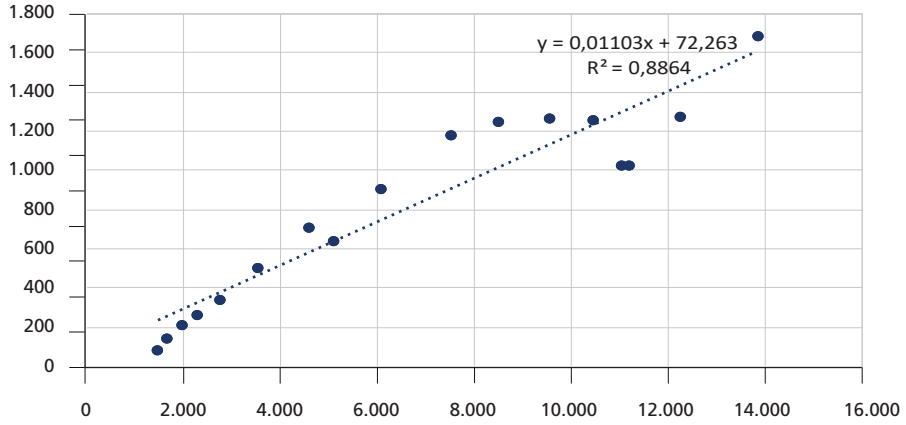
Fonte: Banco Mundial, 2020.

TABELA A.3
PIB e importação da China, Brasil, América Latina e Caribe (2002-2018)
 (Em US\$ bilhões)

Ano	PIB (US\$ corrente)			Importação de bens (US\$ corrente)			
	China	Brasil	América Latina e Caribe	China		Brasil	América Latina e Caribe
				Do Brasil	Da América Latina e Caribe	Da China	Da China
2002	147.060	50.800	200.980	3,00	8,31	1,55	12,62
2003	166.030	55.830	205.330	5,84	14,85	2,15	18,19
2004	195.530	66.930	236.640	8,67	21,67	3,71	28,20
2005	228.600	89.160	286.150	9,99	26,67	5,35	37,38
2006	275.210	110.760	335.330	12,91	34,07	7,99	54,46
2007	355.030	139.710	395.000	18,34	51,00	12,62	73,41
2008	459.430	169.580	459.030	29,86	71,42	20,04	97,21
2009	510.170	166.700	431.340	28,28	64,13	15,91	82,03
2010	608.720	220.890	534.820	38,10	91,10	25,60	121,11
2011	755.150	261.620	608.100	52,39	118,64	32,79	152,28
2012	853.220	246.520	614.370	52,28	125,13	34,25	164,46
2013	957.040	247.280	629.480	54,30	126,38	37,30	177,90
2014	1.047.570	245.600	641.710	51,65	126,05	37,34	183,03
2015	1.106.160	180.220	552.020	44,09	102,91	30,72	178,59
2016	1.123.330	179.570	539.070	45,86	102,40	23,36	161,73
2017	1.231.040	206.280	598.560	58,86	127,27	27,32	176,19
2018	1.389.480	188.550	581.610	82,60	169,15	34,73	200,41

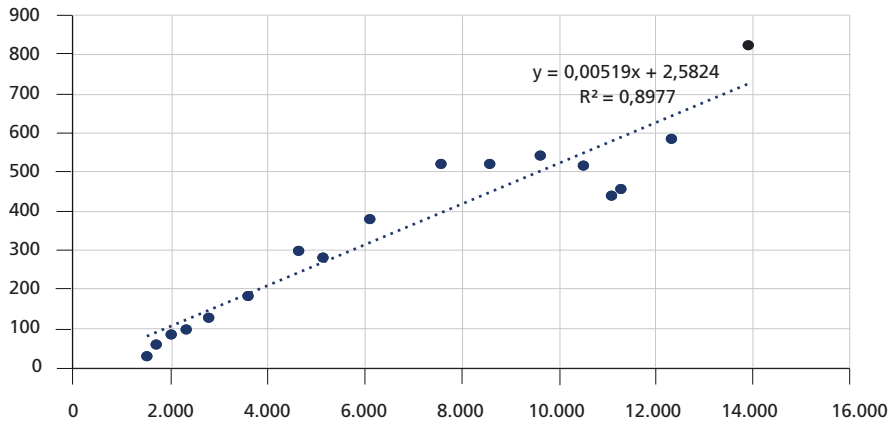
Fonte: Banco Mundial, 2020; United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 2020.

GRÁFICO A.1
PIB da China e importação da China desde América Latina e Caribe (2002-2018)



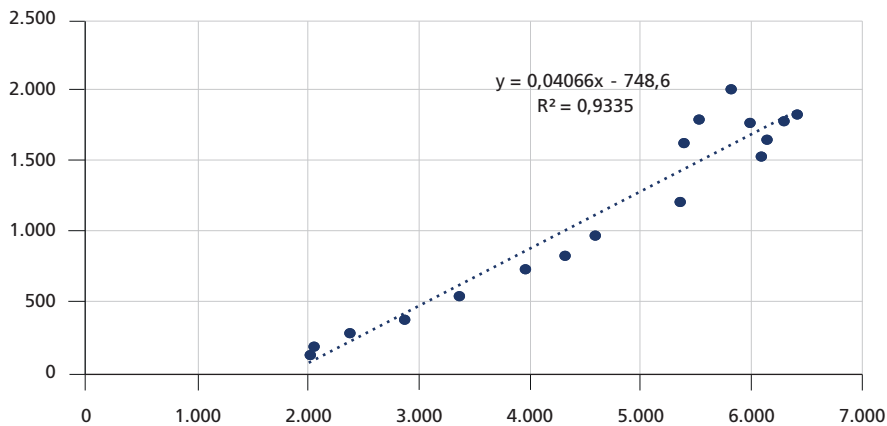
Elaboração dos autores.

GRÁFICO A.2
PIB da China e importação da China desde Brasil (2002-2018)



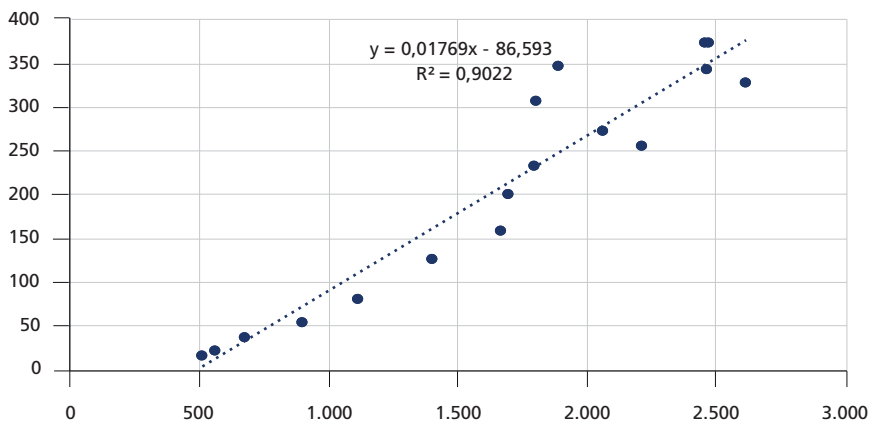
Elaboração dos autores.

GRÁFICO A.3
PIB da América Latina e Caribe e importação desde China (2002-2018)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO A.4
PIB do Brasil e importação do Brasil desde China (2002-2018)



Elaboração dos autores.

